

III PARTE

**A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E A
DEPRESSÃO NAS PERSPECTIVAS COGNITIVAS
MAIS RECENTES**

CAP. 6

**DO PARADIGMA POSITIVISTA À
EMERGÊNCIA DE ALTERNATIVAS**

A evolução recente nas teorias do conhecimento

Ao longo destes primeiros capítulos têm sido abordadas as respostas que a psicologia cognitiva foi oferecendo às questões acerca da natureza do conhecimento e o modo como a fundamentação teórica a partir dos primeiros modelos cognitivos foi aplicada ao estudo da psicopatologia e da depressão.

Cerca de quatro décadas após a sua emergência, podemos constatar que a ciência e a psicologia do tipo positivista que se desenvolveram durante a época moderna depositaram uma profunda esperança na possibilidade de encontrar as respostas para as suas inquietações acerca da natureza do universo e do homem, acreditando que este objectivo era tanto mais alcançável quanto mais se tornasse possível a eliminação da subjectividade humana recorrendo ao cumprimento das exigências de rigor metodológico.

Algumas das características e objectivos da psicologia cognitiva podem ser compreendidos como um esforço de constituição de uma ciência humana regida pelas mesmas regras com que se governam as ciências formais e capaz de oferecer uma leitura objectiva e fundamentada sobre as causas do comportamento.

Neste enquadramento, a normalidade foi associada à possibilidade de ter um conhecimento objectivo e não enviesado da realidade, correspondendo a psicopatologia e a depressão às situações “anómalas” em que era possível detectar desvios no processamento de informação ou a manifestação de estruturas cognitivas irracionais. A investigação da depressão que decorreu deste paradigma deu origem a muitos dados, mas não foi capaz de relacionar as características cognitivas dos deprimidos com o modo como este grupo organiza e dá sentido às suas experiências de vida

e como esta organização activa se diferencia daqueles a quem se designa por “normais”.

A par deste paradigma que procura a constituição de verdades absolutas, e enquanto alguns autores persistiram (e persistem) na procura das melhores estratégias para contornar os obstáculos que os impedem de atingir essas verdades objectivantes, foi emergindo uma conceptualização da ciência que tem sido classificada como “pós-empiricista, pós-estrutural, não fundamentada ou pós-moderna” (Gergen, 1994, p. viii) e que se destaca pelo confronto que estabelece com os princípios que tradicionalmente dominaram a produção de conhecimento.

A “revolução dentro da revolução” a que se assistiu nas abordagens cognitivas (Mahoney & Gabriel, 1987, p. 45) não pode ser separada desta evolução paradigmática, visível nos movimentos de desdogmatização de uma forma de ciência que se tinha tornado dominante. Estes movimentos correspondem a uma reflexão alargada a várias disciplinas sobre a prática científica e a possibilidade de constituição de um conhecimento fundamentado na natureza (Santos, 1993; Gergen, 1992).

A “segunda” revolução da psicologia cognitiva reflecte, portanto, o estabelecimento de princípios alternativos na produção do conhecimento científico.

Passemos então a analisar a evolução paradigmática e o modo como esta evolução se tem reflectido na psicologia.

Guba (1990) propõe que os paradigmas científicos podem ser classificados segundo o modo como procuram encontrar respostas acerca da natureza do conhecimento e da natureza da realidade (ontologia); acerca da relação que o investigador estabelece com o que é conhecido (epistemologia); e acerca das estratégias consideradas apropriadas para produzir conhecimento (metodologia).

Com base nestes critérios, o autor considera que o paradigma positivista que influenciou a produção de conhecimento científico desde

Descartes é caracterizado por uma ontologia *realista* (no sentido em que existe uma realidade externa ao observador científico regida por leis da natureza); uma epistemologia *dualista/objectivista* (que supõe como desejável e possível que o investigador adopte um postura distanciada de modo a não influenciar os resultados); e uma metodologia *experimental/manipulativa* (com o objectivo de submeter as hipóteses elaboradas de forma proposicional a um teste empírico controlado que permita a sua falsificação).

A emergência de uma concepção pós-moderna deve-se à confluência de tendências diversas e desencontradas que ao longo das últimas décadas foram, por um lado pondo em causa os alicerces das ciências “exactas” (baseadas na lógica matemática) e da “natureza”, e por outro deram origem a novas perspectivas nas mais diversas disciplinas.

Um exemplo flagrante de uma nova concepção na ciência pode ser encontrado na física, disciplina classicamente considerada como protótipo de ciência da natureza e que encontra na física actual, nomeadamente na teoria da relatividade e na “mecânica quântica”, desafios à possibilidade de conhecer uma realidade objectiva, independente do observador.

Se já a teoria da relatividade de Einstein demonstrou que a medição do espaço, tempo e velocidade são afectados pela posição do observador quando este se encontra a movimentar-se à velocidade da luz (Edelman, 1992), a análise de unidades subatómicas ainda mais contribuiu para que ruíssem as certezas acerca da existência de um mundo “externo” com características definitivamente identificáveis. Quando o desenvolvimento tecnológico permitiu elaborar instrumentos que acederam ao seu estudo, verificou-se que os seus elementos se podem manifestar como ondas ou como partículas, conforme o instrumento de medida utilizado. Esta aparente

contradição veio revelar que as conclusões acerca do comportamento destes fenómenos em observação só podem ser compreendidos se tivermos em atenção a interacção que o observador e o seu aparelho de medida estabelecem com ele. A verificação de que o comportamento das partículas subatómicas depende do acto da observação põe em causa alguns dos princípios de realidade e objectividade em que se baseava a ciência moderna (Balbi, 1994).

Se os avanços na física contribuíram para que se tomasse consciência de que não se pode conhecer a realidade sem ter em conta as características dos instrumentos de observação, alguns trabalhos no âmbito da biologia sugerem a impossibilidade de, em qualquer processo de conhecimento, diferenciar a contribuição que tem origem no mundo “externo”, daquela que se deve às características do próprio organismo, defendendo-se antes a produção de conhecimento por uma unidade composta (organismo-nicho).

Uma das primeiras teses que assume um papel activo do sistema nervoso humano pode ser encontrada no trabalho de Helmholtz (cit. por Feixas & Villegas, 1993), ao defender que no processo de percepção é essencial a utilização dos conhecimentos anteriores. Este papel activo do sujeito num dos níveis considerados mais básicos dos processos humanos foi retomado por diversos autores como Marr (Feixas & Villegas, 1993) e Gibson (cf. Mahoney, 1991, apêndice A).

Mais recentemente, a biologia viu desenvolverem-se outros trabalhos que fundamentam a desconfiança na possibilidade de manter uma postura dualista que divide entre sujeito e objecto (mundo interno e mundo externo) no processo de conhecimento. Por exemplo, Maturana e Varela

(1980) defenderam que o sistema nervoso opera sempre tendo por ponto de referência a sua organização (ou o seu padrão organizacional), o que põe em causa qualquer noção de conhecimento como representação, ou a possibilidade da sua validação ser dependente de alguma forma de correspondência ao mundo “externo”.

Esta ideia pode ser compreendida a partir do conceito de *determinismo estrutural* introduzido por Maturana (1970a e b; 1976, cit. por Feixas & Villegas, 1993) ao supor que o padrão organizacional de um organismo permite prever com mais acuidade o tipo de interação que esse organismo estabelecerá do que a consideração das características do meio. Em consequência, os processos que ocorrem entre dois organismos diferentes só podem ser compreendidos como um "acoplamento estrutural"¹ (Maturana & Varela, 1980).

Face às suas conclusões, Maturana e Varela (1980, 1987) defendem que os seres vivos podem ser definidos pela sua organização autopoietica, ou capacidade de produção dos componentes e processos necessários à sua manutenção num determinado espaço físico em que interagem e vivem. Esta possibilidade “supõe a organização de processos de produção que, através das suas interações e transformações, regulam e realizam a rede de processos que os produziu. (...) Em tal autogeração recursiva torna-se impossível distinguir o produto do produtor”. (Feixas & Villegas 1993, p. 38).

Ainda segundo Feixas e Villegas (1993), o modelo cibernético do funcionamento nervoso postulado por von Foerster (1981) dá mais uma

¹ A palavra inglesa é “coupling” e a espanhola “acoplamiento”. Em português foi traduzida quer por acoplamento (Artur Mourão, 1995) e por acoplamento (Oliveira, 1997). Escolhemos o termo “acoplamento” por considerarmos que é o que melhor traduz a ideia de interligação.

achega no sentido da impossibilidade de o conhecimento ser conceptualizado como um espelho da realidade externa. Segundo a descrição deste autor, e tendo por base os modelos cibernéticos simuladores das redes neuronais matematizadas, cada ligação neuronal é parte de uma interacção em que estão envolvidos milhares de neurónios. Sendo os neurónios formais elementos binários (podem ter dois valores: excitação/não excitação), verifica-se facilmente que, com apenas três deste tipo de neurónios poderíamos obter 2^9 , o que corresponde a 512 redes distintas. Atendendo a que o cérebro humano é constituído por cerca de 10^{10} neurónios, conclui-se facilmente que existe um número ilimitado de redes. Este facto é tanto mais pertinente para a análise que vimos a realizar se compararmos os neurónios que nos ligam ao mundo exterior com os que recebem informação acerca de perturbações com origem interna. Esta comparação permite concluir que somos organismos 100 mil vezes mais sensíveis a nós próprios do que ao mundo exterior.

Mais uma vez se salientam os processos recursivos que fazem com que a cognição não possa ser entendida como uma apreensão da realidade, mas antes como uma computação da computação. Trata-se então de uma cibernética de segunda ordem ou cibernética da cibernética (von Foerster, 1981), que não só põe em causa a possibilidade de conceber ou conhecer um mundo “exterior”, como também a possibilidade de conhecer a própria actividade de conhecimento, uma vez que esta actividade é em si o instrumento do próprio conhecimento.

A evolução das "ciências da natureza e exactas" conduziu assim ao desenvolvimento de duas ideias chave: a impossibilidade de construir um conhecimento objectivo, quer de um mundo exterior, quer de um mundo

interior; e a constatação de que qualquer descrição que se faça é necessariamente auto-referencial. Neste sentido, é apropriado recorrer à sugestão proposta por Maturana (1977) de que não existe um universo, mas um multiverso.

A par destes desenvolvimentos a nível das “ciências naturais”, outras disciplinas como a teoria literária ou a história têm vindo a sofrer uma evolução teórica que enriquece profundamente uma nova concepção do conhecimento, trazendo amplas aplicações ao estudo do ser humano.

A teoria da interpretação literária que caracterizou a modernidade procurou encontrar alicerces seguros, fundamentando as interpretações com base em critérios objectivos e com fundamentos racionais que permitissem diferenciar entre interpretações correctas e incorrectas (Gergen, 1992). À medida que a crença de que existe um único critério para validar o conhecimento se foi diluindo, a hermenêutica tornou-se numa disciplina básica na interpretação literária, tendo autores como Gadamer (1960) sugerido que um texto não é apenas algo de fixo que pode ser compreendido e interpretado por um especialista munido de regras interpretativas explícitas que revelam o texto, mas antes que são os leitores, com os seus quadros de referência e a sua mundividência, que têm predominância sobre o texto.

Os desconstrucionistas literários (e.g., Derrida, 1976) constituem outra chegada de ruptura ao mito defendido pela modernidade de que seria possível e desejável elaborar teorias abstractas e/ou objectivas acerca da realidade, defendendo, pelo contrário, que em qualquer processo compreensivo temos de recorrer invariavelmente a convenções linguísticas. Como a linguagem constitui um sistema de significações elaborado num

determinado contexto sócio-cultural carregado de valores e ideologias, a “representação” do mundo é mais um reflexo da história do que de qualquer realidade externa. Daí a necessidade de desconstruir a linguagem utilizada, remetendo-a para o seu contexto histórico e cultural.

Daqui podemos supor que os relatos "objectivos" da ciência estão saturados de valores e só podem ser compreendidos como um produto do acordo social.

Noutras disciplinas, como a história, assume-se cada vez mais que os acontecimentos são relatados seguindo determinadas regras das narrativas típicas da sociedade ocidental, não correspondendo, por isso, a uma descrição objectiva. Esta mesma perspectiva tem vindo a ser observada na antropologia, mas também, e especialmente, nos movimentos feministas que questionam, não só os fenómenos estudados, como a voz com que são relatados (e.g. Gilligan, 1982).

A consciência crescente de que a evolução do conhecimento não está necessariamente relacionada com a acumulação de dados empíricos, mas antes com a mudança de paradigma em que os dados podem ser enquadrados (Kuhn, 1962), bem como a constatação da relevância do papel do observador e da sua metodologia na actividade de investigação e na construção de teorias, levaram alguns autores a sugerirem a necessidade de substituir a acumulação quantitativa de informação por atitudes e metodologias hermenêuticas.

Shotter (1990) descreve assim esta evolução:

1) do ponto de vista de um *outlooker* distante, testador de teorias, para um observador *inlooker* participante, interessado, interpretativo e testador de procedimentos; 2) de um estilo de investigação linear (one-way) para um modelo interactivo (two-way). (p.58).

Neste processo que se afasta da procura da objectividade que, no domínio científico, estava presente nas perspectivas mais positivistas, as questões de valor, moral e ideologia recebem também cada vez mais atenção, deixando de ser consideradas obstáculos a contornar, para passarem a ser percebidas como propriedades inerentes ao processo de construção de conhecimento (Gergen, 1992).

Foi desta reflexão surgida dentro da própria ciência e da hermenêutica, que questiona as bases teóricas das práticas de investigação, as próprias práticas de investigação e os valores inerentes à definição do conhecimento que nasceram os paradigmas alternativos.

Em síntese, após o paradigma positivista que dominou o desenvolvimento do conhecimento científico na sociedade ocidental, assistiu-se, especialmente a partir dos anos setenta, à formalização de perspectivas alternativas que sistematizam os movimentos emergentes em diversas disciplinas e põem em causa os princípios empiricistas e objectivistas que caracterizaram o positivismo.

Cada uma destas alternativas trouxe contribuições para o estudo do ser humano, influenciando de diversas formas as teorias e processos utilizados na sua investigação.

Embora no âmbito da psicologia cognitiva de orientação terapêutica frequentemente se considere que o paradigma construtivista é *a* alternativa, vários autores têm salientado que outras abordagens, tanto no domínio da filosofia da ciência, como das diversas áreas da psicologia, vieram a impor-se. Por exemplo Guba (1990), referindo-se à teoria do conhecimento, sugere que a par do construtivismo podemos encontrar o paradigma pós-positivista e o paradigma da teoria crítica.

No entanto, o paradigma construtivista é aquele que mais aplicações tem tido no campo da psicologia, especialmente na área da psicoterapia. Talvez devido às suas múltiplas raízes e pluralidade de aplicações, tem sofrido uma enorme diversificação que permite actualmente delimitar várias formas de construtivismo. Por outro lado, nesta diversificação foram sendo integradas, em algumas das suas facetas, ideias básicas de correntes como a psicologia fenomenológica e existencial, entre outras concepções do conhecimento humano.

Psicologia e construtivismo

Como caracterizar o construtivismo em psicologia? Este termo tem sido usado para referir "uma família de teorias que partilham o princípio de que o conhecimento e experiência humana envolve uma participação (pro)activa do indivíduo" (Mahoney, 1988 b, p.2).

Enunciar os princípios que estão subjacentes a esta ideia de que o ser humano é um agente activo na construção do conhecimento torna-se uma tarefa difícil, pois rapidamente se verifica que algumas das características consideradas básicas durante a década de oitenta estão já ultrapassadas pela evolução do próprio paradigma. Por outro lado, a diversidade é tal que Neimeyer (1994) conclui apropriadamente que "falar de "construtivismo" como um substantivo singular é mais retórico que realista, uma vez que escutar atentamente o coro pós-moderno revela uma polifonia de vozes, das quais nem todas cantam no mesmo tom" (p. 128). Esta pluralidade em postulados e procedimentos conduz a que apenas

coincidam na sua oposição a uma ontologia realista-essencialista e a uma epistemologia objectivista.

Intencionalmente nesta introdução começaremos por salientar o que constitui o "coro", abordando depois a diversidade da "polifonia de vozes" que se revelam em diferentes formas de construtivismo e onde podemos encontrar as várias leituras da depressão.

O construtivismo, embora tendo já uma raiz bastante sólida na filosofia e história da ciência (cujo principal representante foi Jean Piaget), só surge de modo consistente nas teorias psicológicas, e especialmente psicoterapêuticas, durante a década de oitenta. Abordaremos de imediato alguns dos trabalhos que estão na base da constituição do paradigma construtivista em psicologia.

Os trabalhos de Bartlett (1932) sobre a organização da memória humana constituíram um marco da psicologia ao constatarem que os sujeitos não recordam com exactidão os textos antes lidos, cometendo "erros" que revelam uma organização activa do material. Este autor chamou assim a atenção para as capacidades do sujeito no sentido de elaborar re-construções cognitivas que permitem concluir pela existência de uma relação entre a organização cognitiva do sujeito e o modo como organiza a sua experiência. Esta achega, a que não foi dada muita importância na psicologia contemporânea, tornou-se premonitória de alguns princípios construtivistas.

Piaget defendeu a inseparabilidade da relação sujeito-objecto, afirmando que o conhecimento surge como um produto da interacção entre os dois. Para que o sujeito conheça o objecto, deve operar sobre ele num processo que envolve a transformação mútua. Por isso o conhecimento não é uma cópia da realidade, dependendo antes da actividade do sujeito.

Apesar da sua postura teórica inovadora acerca dos processos de conhecimento, Piaget não foi imediatamente reconhecido na psicologia por esta contribuição, mas pela elaboração de um modelo de desenvolvimento cognitivo, que embora integrado na psicologia, foi mantido suficientemente à parte dos modelos mais empiricistas e mecanicistas que dominavam psicologia e psicoterapia.

Do mesmo modo, a posição teórica de Kelly (1955) supõe que o homem é um "investigador activo" que antecipa as suas experiências a partir do seu sistema de construtos. Esta perspectiva, tal como as anteriores, apesar do seu grau de elaboração e de ser acompanhada de um modelo de intervenção psicoterapêutico, manteve-se isolada das correntes dominantes da psicologia, nomeadamente do cognitivismo.

Se Bartlett, Piaget ou Kelly podem ser considerados autores de alternativas teóricas ao objectivismo empiricista que dominou a psicologia, Mahoney e Gabriel (1987) identificaram nos modelos motóricos uma das primeiras expressões claras do paradigma construtivista na psicologia cognitiva. Segundo os autores, estas teorias desafiaram o racionalismo e o realismo porque, ao contrário das teorias sensoriais que postulam que o cérebro é um receptor passivo de informação com origem externa, os modelos motóricos (Weimer, 1977) salientam a participação da actividade do sujeito no desenrolar dos processos cognitivos, dificultando a clássica separação entre sensação e acção, *input* e *output*, e desafiando a concepção linear e representacionista que caracterizou a psicologia cognitiva clássica.

A evolução de diversas disciplinas começou a produzir os seus efeitos no cognitivismo tradicional a partir da década de oitenta, contribuindo para pôr em causa alguns dos seus princípios, como a

centralidade dos processos abstractos, o dualismo da separação mente-corpo e a definição de conhecimento desprovida do contexto.

Entre os contributos podemos destacar as teorias sobre auto-organização dos organismos que foram desenvolvidas na cibernética, na termodinâmica e na biologia; as teorias de psicologia de desenvolvimento; a Gestalt; as teorias sistémicas; as teorias da vinculação; as teorias fenomenológicas e existenciais; e a epistemologia genética e evolutiva.

Alguns trabalhos da sociologia e da psicologia social contribuíam igualmente para a sistematização de algumas das formas actuais do construtivismo. Com preocupações que ultrapassavam os limites predominantemente individualistas e internos que dominavam a psicologia cognitiva, estas disciplinas sempre mantiveram, a par de uma vocação predominantemente experimental, uma tradição teórica e metodológica à medida dos modelos contextualistas mais típicos das ciências sociais do que das “da natureza”.

Vimos já no capítulo anterior como alguns modelos cognitivos foram articulando as relações entre o conhecimento semântico e as formas de conhecimento derivadas da experiência corporal, especialmente a partir da constatação da incapacidade de os modelos exclusivamente baseados em conceitos abstractos explicarem o comportamento relacionado com as emoções.

No entanto, mesmo estes modelos mantiveram uma arquitectura mais ou menos mecanicista que não teve em conta a organização biológica inerente ao cérebro e ao resto do corpo. Entretanto, os anos oitenta e noventa assistiram a vários esforços no sentido de ultrapassar a definição de conhecimento como informação abstracta e desencorporada que tinha sido o apanágio dos modelos cognitivos baseados na metáfora do computador. Para além dos neurocientistas (e.g. Edelman, 1992; Damásio, 1994), também autores ligados à filosofia (e.g. Johnson, 1987; Searle, 1992), à

linguística (e.g. Lakoff, 1987) e à psicologia (e.g. os estudos sobre categorização elaborados já nos anos setenta por Rosch, 1973; 1978) sugeriram uma concepção mais "encorporada" do conhecimento. Um exemplo desta evolução é o trabalho de Lakoff (1987) que, apesar de manter uma linguagem relacionada com o cognitivismo mais estrutural, relaciona os esquemas com as "estruturas não proposicionais que emergem das experiências corporais" (p. 5).

Varela (1988; Varela, Thompson & Rosh, 1991) sistematiza bem a evolução a que nos temos vindo a referir quando, ao fazer a análise das ciências cognitivas, considera que as perspectivas mais racionalistas encontram alternativas nos modelos que concebem o conhecimento a partir do conceito de *enacção*. Este conceito procura salientar que a cognição é inseparável da *interacção* com o mundo e da *acção incorporada*, isto é, das características que decorrem do facto de o ser humano ser um organismo biológico que se dirige intencionalmente em relação ao mundo e que se auto-organiza construindo continuamente o significado desta interacção (cf. Introdução a este trabalho).

Os modelos da psicologia cognitiva de orientação terapêutica da segunda geração, aqui designados amplamente por construtivistas, foram integrando todos estes contributos, defendendo que a adaptação e o desenvolvimento não se devem a representações abstractas cada vez mais precisas e válidas, mas antes à possibilidade de construção de organizações de significações cada vez mais viáveis na relação entre o sujeito e o seu contexto.

Esta característica não pode ser separada da noção de intencionalidade que Brentano (1874) desenvolveu para designar a capacidade do ser humano se referir e orientar-se em relação aos elementos do seu mundo, e que ocupou um lugar central no domínio das correntes fenomenológicas e existenciais.

A noção de intencionalidade em psicologia acarreta consigo a desconfiança em relação à possibilidade de recorrer às teorias e

metodologias que foram desenvolvidas e aplicadas aos objectos inanimados para compreender os processos de desenvolvimento e mudança que caracterizam os animais que, possuindo cérebro, para além de sistemas biológicos, são também sujeitos históricos e sociais (cf. Edelman, 1992; Bolton & Hill, 1996).

No mesmo sentido, Bolton e Hill (1996) sugerem a distinção entre, por um lado as abordagens baseadas no significado e na compreensão, relacionadas com as ciências sociais que estudam fenómenos únicos; e por outro, aquelas que se centram na causalidade e explicação, utilizadas nas ciências naturais que têm como objecto fenómenos repetidos. Nas suas palavras, “a compreensão baseia-se na empatia, é subjectiva, e varia entre sujeitos. Os métodos de observação das ciências naturais são objectivos, os resultados devem ser iguais para todos” (p.32). A psicologia e psicopatologia construtivistas ficam associadas às metodologias que permitem esta compreensão, partindo do pressuposto de que o conhecimento está relacionado com o facto de o nosso mundo não estar separado do nosso corpo, da nossa linguagem e da nossa história social e cultural. Por isso, como escreve Varela (1988), "O contexto e o senso comum não são artefactos residuais que podem ser progressivamente eliminados graças a regras sofisticadas, eles são a essência da cognição criadora" (p.98).

Dentro das contribuições construtivistas pode estabelecer-se uma certa dicotomização entre aquelas em que predomina a atenção sobre os processos individuais de construção de significado e aquelas em que o foco não é tanto colocado nos processos inerentes ao indivíduo (enquanto organismo biológico dotado de sistema nervoso, organismo em desenvolvimento auto-organizado; ou ainda enquanto organização cognitiva), mas nos contextos em que estes significados são construídos através da linguagem comum. Esta distinção corresponde de modo aproximado à diferenciação sugerida já por alguns autores entre abordagens

construtivistas e abordagens construcionistas sociais, considerando-as como os dois principais pólos da teoria de conhecimento actual.

Quais são então as semelhanças e diferenças entre estes dois movimentos e como é que eles se articulam? Se alguns autores, como Watzlawick (1984), começaram por usar os dois conceitos como equivalentes, eles vieram a diferenciar-se com um esforço de delimitação que é mais visível nos autores identificados com o construcionismo social do que naqueles que se integram no construtivismo mais individual.

Enquanto movimentos pós-positivistas, o construtivismo e o construcionismo social partilham uma oposição clara em relação à perspectiva dualista que opõe sujeito a objecto, dando ambos ênfase à ideia de que o conhecimento é construído e pondo ambos em causa a suposição de que ele possa corresponder a uma representação do mundo. Por isso, estes dois movimentos partilham igualmente uma profunda desconfiança em relação às tradições objectivistas e empiricistas (Gergen, 1994).

Segundo Gergen (1985), apesar das características comuns, a distinção é possível devido ao facto de terem surgido em contextos intelectuais bem diferenciados, que estão associados a práticas e epistemologias diferentes. Por isso, apesar das características em comum, as diferenças entre eles têm sido também relevadas. Quer Hoffman (1992) quer Gergen (1994) salientam que o construtivismo, por estar ligado à tradição individualista, tende a defender a ideia de que o conhecimento se relaciona com o funcionamento do sistema nervoso ou a organização cognitiva; enquanto o construcionismo social, desenvolvido na tradição das ciências sociais, se deslocou na direcção do mundo social, promovendo a imagem de que o conhecimento surge no contexto da interacção social, no espaço entre as pessoas, mediado pela linguagem. Deste modo, a teoria construcionista social dá prioridade aos processos discursivos subjacentes à construção de significados partilhados pelas pessoas em interacção e salienta os processos social e cultural sobre os processos individuais (Gergen 1982, 1985, 1991, 1994).

Estas características são indissociáveis da evolução não só nas ciências sociais, mas também em disciplinas como a linguística e a semiótica, o que torna a hermenêutica um dos mais recentes princípios organizadores dentro da ciência cognitiva (Mahoney, 1995a & b; Gonçalves, 1995b). A hermenêutica, tal como a narrativa, relaciona-se com a actividade de construção e interpretação de histórias e significados com que o indivíduo organiza continuamente a sua experiência.

Entre os modelos identificados com o modelo construtivista que se centram nos processos individuais encontramos a teoria dos construtos pessoais (Kelly, 1955) e as teorias fundamentadas numa perspectiva de desenvolvimento.

Na teoria dos construtos pessoais é defendido que os acontecimentos são continuamente antecipados e organizados com base em construtos pessoais, num processo de contínua revisão destas teorias. Por seu lado, as perspectivas baseadas na ideia de desenvolvimento na tradição dos modelos de desenvolvimento socio-cognitivo de Piaget sugerem que estes processos de construção são associados à oposição dialéctica das interações sujeito-meio, dando origem a mudanças qualitativas que ocorrem nas estruturas individuais. São as características das estruturas prevalentes em determinado momento que determinam as possibilidades de construção do indivíduo (e.g. Joyce-Moniz, 1993)

Para além desta tradição construtivista desenvolvimental de orientação mais socio-cognitiva, podemos identificar outros trabalhos em que a perspectiva de desenvolvimento não se centra sobre a evolução das estruturas cognitivas, mas antes no desenvolvimento da identidade, num processo directamente ligado à história das experiências emocionais. (e.g. Kegan, 1982; Guidano, 1987, 1991).

Estas perspectivas predominantemente preocupadas com os processos individuais deram origem a alguns modelos de depressão que serão abordados posteriormente. Nessa altura cada uma das perspectivas

será aprofundada, quer quanto aos princípios que governam o seu conceito de normalidade, quer quanto aos pressupostos relacionados com a psicopatologia e a depressão.

Atendendo aos objectivos do nosso trabalho, passaremos a debruçar-nos sobre perspectivas mais sociais, que se têm centrado sobre os processos discursivos de construção de significado.

Construcionismo social e psicologia narrativa

O início das manifestações do construcionismo social em psicologia é normalmente associado ao trabalho de Gergen (1973, 1985), que se insurgiu contra uma visão realista e mecanicista do mundo, apontando os limites dos resultados obtidos em tarefas de laboratório e completamente descontextualizados.

O princípio de que a realidade não é estática, mas é função de uma criação activa contínua foi sendo progressivamente reconhecido, o que levou alguns autores a relacionar algumas das formas actuais das concepções do conhecimento com a metáfora do contextualismo² (e.g. Sarbin, 1986; Lyddon, 1995; Hermans & Hermans-Jansen, 1995).

O contextualismo é baseado na ideia do acontecimento histórico, assumindo que o mundo é composto de acontecimentos que “são intrinsecamente complexos, actividades interconectadas e padrões continuamente em mudança” (Pepper, 1942, p. 233, cit. por Lyddon, 1995, p. 71). A análise contextualista tem em conta a novidade e a mudança, não se envolvendo no estudo de elementos simples ou relações causais, mas na

² Esta associação parte do trabalho de Pepper (1942) sobre as metáforas de raiz. Neste trabalho Pepper sugere que os modelos que procuram explicar os acontecimentos do mundo podem ser classificados segundo determinadas metáforas: animismo, misticismo, formismo, mecanicismo, organicismo e contextualismo.

forma como detalhes inseparáveis formam sínteses que, por sua vez, influenciam acontecimentos laterais e conduzem a novos factos. Apesar deste caos aparente, segundo Lyddon (1995) o contextualismo tenta identificar padrões e organizações, salientando que o significado surge de padrões organizados em determinados contextos.

Estas características estão, segundo Sarbin (1986), Lyddon (1995) e Hermans e Hermans-Jansen (1995), presentes na psicologia narrativa, uma vez que ela procura explicar como os acontecimentos vividos são organizados na forma de acto histórico. Lyddon (1995) associa ainda a esta metáfora o construcionismo social. Estes dois movimentos partilham a ideia de que é pela linguagem que se organizam as experiências em padrões de significação coerentes, numa “conexão inseparável entre as dimensões psicológicas (constituídas pessoalmente), sociais (constituídas socialmente) e temporais da experiência” (Lyddon, 1995, p. 78).

Ao reconhecer o papel dos processos discursivos na construção do conhecimento, o construcionismo social reflecte o princípio pós-empiricista de que não só a nível do conhecimento do mundo a definição do que é um “facto” ou a sua interpretação só pode ser compreendida a partir das crenças prevalentes na disciplina a que dizem respeito como também, a nível do conhecimento pessoal, as acções e os significados são regulados e organizados através de teorias que os procuram prever e explicar. Não podemos esquecer que esta característica tipicamente humana decorre do facto de o seu sistema biológico permitir a utilização da linguagem, instrumento básico de qualquer processo de reflexão e explicação.

A importância da linguagem na construção do conhecimento está relacionada com outra asserção básica do construcionismo social que, ao rejeitar que o conhecimento se possa basear nas características absolutas do mundo (factos objectivos), deslocou para o processo de interacção social um dos alicerces do conhecimento. Se o instrumento utilizado nesta interacção para elaborar significado é a linguagem, e atendendo a que os conceitos e regras que ela utiliza são de origem social e cultural, existindo, portanto,

previamente aos indivíduos, é posta em causa a relevância dada à individualidade e é salientada a dimensão social.

A ideia de que “o conhecimento é discurso” (Gergen, 1994); sistematiza bem a nova premissa que Burr (1995) assumiu ainda de forma mais extrema ao afirmar que “a pessoa é construída através da linguagem”.

Associamos até agora três premissas básicas ao movimento construcionista social: a relevância da teoria para o conhecimento e acção humana; a linguagem como instrumento desta teoria; e, considerando a natureza inerentemente social da linguagem, a desconfiança em relação à individualidade.

Na verdade, vários autores têm chamado a atenção de que a acção humana é regulada por teorias que lhe dão origem e sentido. Bolton e Hill (1996) salientaram o papel da teoria na acção humana, relacionando-a directamente com o conceito de acção intencional. Nas suas palavras “nós explicamos e predizemos a acção usando uma teoria de estados e processos intencionais” (p. 140). Neste sentido Harré (1985) define o próprio self como uma teoria: “Ser um self não é um determinado tipo de ser, mas estar na posse de certo tipo de teoria” (p. 262).

Esta associação entre a acção humana, o contexto em que ela decorre e as dimensões mais sociais e culturais em que os significados dessas acções são construídos sob a forma de narrativa, para além de apontar os limites das teorias que estudam o ser humano como indivíduo isolado, chama a atenção para a multiplicidade das suas experiências. Na verdade, se considerarmos a diversidade de contextos em que se organiza ao longo do tempo, a vivência humana é mais pautada por incoerências e contradições do que pela estabilidade e coerência que noções como *personalidade* fazem crer. Burr (1995) reflectiu esta ideia ao afirmar:

Em vez de a pessoa ter um self simples, uno e fixo, temos uma multiplicidade de selfs potenciais e fragmentados que não são necessariamente consistentes entre si. (p.29)

Apesar da diversidade de experiências e desta reconhecida multiplicidade de selfs, normalmente o ser humano consegue elaborar um sentido de si próprio único e coerente. A psicologia narrativa sugere que esta coerência é possível porque o ser humano constrói histórias para organizar os acontecimentos e dar-lhes continuidade no tempo, sendo esta organização um instrumento para a construção de sentido coerente para a multiplicidade de experiências (e.g. Landau, 1984; Bruner, 1986; Howard, 1989; Connelly & Clandinin, 1990; Parker, 1991). Atendendo ao papel fundamental desta actividade, Mink (1978) definiu a narrativa como "uma forma primária e irredutível da compreensão humana" (p. 132).

Em suma, da conjugação da perspectiva que salienta a importância de estudar a acção humana no seu contexto interpessoal, social e cultural com a ideia que sugere que a organização do significado deste contexto e da acção que nele tem lugar exige o recurso à linguagem (também ela própria derivada do processo social), podemos encontrar o conceito de narrativa. A narrativa pode então ser entendida como uma forma de "teoria" que organiza a explicação dos acontecimentos.

Dadas estas premissas, a psicologia narrativa tal como Sarbin (1986) a define terá como objecto um ser humano activo na organização das suas experiências e histórico porque localizado temporal e espacialmente. Quanto ao objectivo, a psicologia narrativa terá de compreender o modo como os seres humanos constroem o seu conhecimento e um sentido coerente de identidade.

A associação entre a construção de identidade e a configuração narrativa é assumida por vários autores (e.g. Polkinghorne, 1988; Murray, 1989; Howard, 1989; Gergen, 1994; Burr, 1995). Polkinghorne (1988) defende esta ideia de uma forma muito clara ao afirmar que a nossa

existência se torna num todo através da compreensão narrativa. É atendendo a esta dimensão que escreve:

O self não é uma coisa ou substância estática, mas uma configuração de acontecimentos pessoais numa unidade histórica que inclui o que a pessoa foi, mas também o que irá ser (p.150).

Daqui decorre que, se na perspectiva do construcionismo social o self é um dos conceitos “essencialistas” a abater (cf. por exemplo, Hoffman, 1992, que, baseando-se nos trabalhos dos autores construcionistas sociais, nomeadamente o trabalho de Gergen, 1985, considerou o self enquanto realidade interna irreduzível como uma das “vacas sagradas” da psicologia), numa perspectiva mais narrativa é reconhecida uma vivência do self que corresponde à experiência de continuidade e unicidade. Esta experiência é real não porque corresponda a uma estrutura (cognitiva), mas porque a pessoa constrói esta continuidade e unicidade recorrendo ao processo narrativo.

Até agora temos vindo a interligar o construcionismo social e a psicologia narrativa, assumindo que a psicologia narrativa dá continuidade às preocupações da perspectiva construcionista social de um modo que pode contribuir para que esta perspectiva ofereça um contributo mais elaborado para a compreensão do ser humano.

Apesar de podermos perceber esta continuidade, e da constatação de que cada vez mais as obras dos autores construcionistas sociais se referem e elaboram sobre o papel da narrativa na construção do conhecimento (e.g. Gergen, 1994; Burr, 1995), parece-nos, que enquanto alguns autores construcionistas sociais tendem a conceptualizar o processo narrativo colocando o foco no discurso público que acompanha as mudanças que ocorrem na interação e com função predominantemente social (cf. Gergen, 1994), outros, embora concordando que o sentido de self é adquirido nos processos sociais, salientam que as narrativas são “individuais”, uma vez que os significados são “vividos” pelo indivíduo.

Este trabalho enquadra-se numa posição mais próxima desta última perspectiva, uma vez que nos parece o enquadramento mais apropriado para desenvolver uma conceptualização da psicopatologia e da experiência depressiva.

Esta opção está de acordo com a sugestão de autores como Murray (1989) que considera que são estes significados vividos que constituem a própria experiência, acrescentando que “o que as pessoas sabem da vida sabem através da “experiência vivida” (p. 9). São estas experiências que, como também defenderam White e Epston (1990), são “historiadas” e, para manter a coerência narrativa, novos factos são lidos à luz dos mesmos significados, em processos que organizam não só o acontecido como o que acontecerá (dando assim continuidade passado-presente-futuro).

Podemos encontrar uma achega no mesmo sentido no trabalho de Hermans e Hermans-Jansen (1995) que defende que a distinção entre o *I* enquanto autor de o *Me* enquanto actor (na tradição de W. James) permite esta perspectiva narrativa de self, na medida em que a capacidade de se descrever a si próprio torna possível que o *I* possa construir uma história imaginada acerca do *Me*, reconstruindo-o no passado e inventando-o no futuro. Entra então em jogo o conceito de proactividade, enquanto processo de organização e atribuição de significados às experiências de modo a manter a continuidade narrativa. Neste sentido trata-se de um instrumento de significação da acção do actor que simultaneamente o organiza e projecta.

Ao longo deste capítulo procuramos brevemente reflectir sobre alguns movimentos que foram ocorrendo ao longo destas últimas décadas, tentando compreender como, a partir de diferentes disciplinas, se foi convergindo para o desenvolvimento de novos paradigmas que questionaram os modelos de conhecimento baseados nas concepções positivistas.

Esta convergência não correspondeu a uma unidade de vozes, mas antes a uma multiplicidade de construções que são bem visíveis no âmbito da psicologia. Esta diversidade pode, como vimos em parágrafos anteriores, ser sintetizada em duas dimensões principais: os modelos que salientam os processos de construção a partir das dimensões individuais e os modelos que colocam a tónica nos processos de interacção social e cultural.

De seguida analisaremos como é que estes modelos podem contribuir para a compreensão dos processos de construção adaptativos e sugeriremos em que circunstâncias eles se tornam menos viáveis, pondo em causa os processos normais de adaptação, desenvolvimento e mudança que constituem o modo de ser humano.

Construtivismo e psicopatologia

Como decorre do que ficou dito, no âmbito do paradigma construtivista é questionada a possibilidade de adoptar uma postura objectiva e positivista no estudo do ser humano e dada uma grande relevância à capacidade humana de organizar proactivamente as suas experiências, num processo de elaboração constante de significado. Nesta perspectiva podemos concluir que o conhecimento emerge da interacção entre o sujeito e o seu contexto, sendo esta interacção continuamente auto-referenciada e interpretada a partir dos quadros de referência do sujeito.

Vários autores têm chamado a atenção para o facto de a velocidade das transformações ser uma das características do nosso século e da pós-modernidade (Gergen, 1991; Gonçalves, 1995c; Mahoney, 1991). Metáforas como a do *organismo*, utilizada nas versões do construtivismo mais focalizadas no indivíduo, ou da *narrativa*, relacionada com os processos socializantes enquanto *actos históricos*, que têm sido utilizadas nas

perspectivas mais culturais, salientam as noções quer de desenvolvimento, quer de transformação e mudança inerentes à vivência humana.

Os autores construcionistas sociais têm sido aqueles que mais têm salientado esta dimensão, ao pôr em causa os princípios associados à psicologia tradicional como os conceitos de estabilidade e coerência normalmente associados à ideia de que as pessoas *têm uma* “personalidade”. Somos então confrontados com a perspectiva de que as características de estabilidade que tradicionalmente foram associadas à normalidade passam a ser associadas à desordem, uma vez que o modelo prevê que o normal é que as pessoas mudem ao longo das suas experiências de interacção com diferentes pessoas em diferentes contextos (o que corresponde ao conceito de “joint action” de Shotter, 1993).

A ideia de que a única característica permanente no nosso meio ambiente é a mudança permite supor que a adaptação só pode ser assegurada se, no decorrer dos processos de interacção entre o sujeito e os seus nichos ecológicos, estiverem criadas as condições para que as construções de significado acompanhem esta contínua transformação. Simultaneamente este processo não pode pôr em causa a coerência organizativa que permite algum sentido de identidade pessoal.

Partindo destas premissas, podemos afirmar que as construções se tornam inadaptativas quando inviabilizam uma organização flexível e continuamente revista dos significados atribuídos aos acontecimentos.

Em suma, ao associar as formas de organização de conhecimento ditas “normais” ou “viáveis” aos processos de construção de significado com que o sujeito dá coerência às suas experiências, construindo um sentido subjectivo de identidade pessoal, as perspectivas aqui abordadas permitem supor que a perturbação ou desordem pode igualmente ser associada a estes processos de re-construção contínua, a partir das perturbações desestruturantes. Assumindo esta continuidade, compreender os processos

psicopatológicos passará pela identificação das características que distinguem estes processos de construção (cf. Bolton & Hill, 1996).

Esta ideia tinha sido já avançada por Guidano (1987), ao defender que os modelos de psicopatologia deveriam ir para além da descrição dos quadros nosológicos, fornecendo um quadro teórico explicativo e etiológico das diferentes patologias capaz de integrar a complexidade do ser humano. Para este autor a tarefa central seria propor uma análise de natureza compreensiva, fenomenológica, em que a psicopatologia se constitui como uma ciência de significado pessoal. "Este modelo deverá avaliar os processos e condições que dão origem a situações específicas de conhecimento individual que, quando perturbadas, produzem padrões a que normalmente chamamos distúrbios clínicos" (p. ix).

Na verdade, este esforço de caracterização, descrição, explicação e compreensão dos quadros psicopatológicos não tem sido muito profundo na maioria dos autores que têm contribuído para a formalização de alternativas pós-modernas e pós-racionalistas em psicologia e psicoterapia. Contrariamente ao que acontecia com as perspectivas mais racionalistas, em que as características de processamento de informação ou organização esquemática relacionadas com a psicopatologia eram de todo evidentes na maioria dos trabalhos apresentados ao público por autores com preocupações clínicas, a primeira constatação que é possível fazer quando se consultam as obras mais recentes sobre construtivismo em psicologia e psicoterapia, é a quase total omissão da palavra "psicopatologia" ou "desordem" (e.g. Mahoney, Ed., 1995; Neimeyer & Mahoney, Eds., 1995). Ora não é possível promover-se processos de organização ou re-organização (terapêutica) sem se aceitar a dimensão desordenadora dos processos ditos patológicos que podem considerar-se factores desordenadores.

Se este facto pode ficar a dever-se ao reconhecimento de que "a abordagem construtivista é mais complexa e abstracta do que a racionalista" (Mahoney, 1995a, p.9), parece-nos que nos próximos tempos terá de haver um esforço no sentido de aprofundar as condições que estão relacionadas

com o desenvolvimento de padrões de construção de significado que, por terem características específicas, impedem a coerência entre as formas de construção do sujeito e o contexto em que se insere, e que são normalmente designadas por psicopatológicas. Neimeyer (1997, comunicação pessoal), reconhecendo esta necessidade, propôs-se organizar uma obra convidando vários autores identificados com os modelos construtivistas e construcionistas a pronunciarem-se sobre a legitimidade do diagnóstico e o conceito de psicopatologia.

Apesar desta reconhecida limitação, podemos encontrar alguns contributos pós-racionalistas para a compreensão da psicopatologia.

Na verdade a conceptualização do que é “problema” é uma das facetas em que as terapias racionalistas e construtivistas se distinguem. Mahoney e Gabriel (1987), por exemplo, opõem estas duas correntes afirmando:

Os racionalistas vêem frequentemente os problemas como deficiências ou disfunções que se manifestam em afectos negativos e/ou sintomas que devem ser controlados e eliminados. A perspectiva construtivista - que tende a ter uma ênfase mais desenvolvimental - vê os problemas como episódios de desordem que reflectem discrepâncias entre os desafios ambientais e as capacidades presentes do indivíduo. (...). Enquanto os racionalistas tendem a conceptualizar os problemas como erros perceptivos ou conceptuais (e.g. crenças irracionais), os construtivistas tendem a ver os problemas como reflexos de estratégias que no passado já foram adaptativas. (p. 50)

Esta ênfase na discrepância entre as capacidades prevalentes no momento e os desafios do contexto ocupa o lugar central dos trabalhos dos autores que elaboraram o conceito de psicopatologia numa perspectiva pós-moderna. Deste modo é bem visível que o foco do estudo da psicopatologia se deslocou do interior do indivíduo, nas perspectivas cognitivas tradicionais, para os processos de interacção entre o sujeito e os seus contextos de existência.

Apesar deste foco comum, as perspectivas de psicopatologia reflectem as duas posturas teóricas predominantes. Enquanto alguns autores

se debruçam especialmente sobre os processos pelos quais o indivíduo constrói significado nesta interação, outros elegem como objecto de análise os próprios processos interindividuais questionando, em alguns casos, o próprio conceito de psicopatologia.

Na verdade, a ideia base da psicopatologia tradicional é que as doenças mentais são entidades objectivas que existem no mundo, e que existem doentes onde essas perturbações podem ser observadas por referência a critérios de diagnóstico estabelecidos (por exemplo a CID ou o DSM). As perspectivas construtivistas que salientam a dimensão social do conhecimento convidam-nos a olhar para estes conceitos com um olhar diferente, uma vez que a ideia construcionista social de que não existem “entidades” fixas e objectivas internas ao indivíduo aplica-se também à psicopatologia e às nosologias a ela associadas. É deste modo posto em causa o conceito de perturbação ou doença mental.

Nesta linha alguns autores têm recordado que a psicopatologia é uma construção social que tem vindo a ter leituras muito diversas ao longo do tempo e em diferentes culturas, podendo ser interpretada como manifestação do demónio, revelação de poderes superiores, doença mental, etc. Gergen (1991), por exemplo, interpreta a recente proliferação de entidades nosológicas como um índice ilustrativo deste processo construtivo.

Dentro do construcionismo social podemos, no entanto, encontrar perspectivas menos radicais que não põem liminarmente em causa a existência de “psicopatologia”, considerando antes que as noções de doença e de doentes têm de ser compreendidas no contexto socio-cultural em que são usados (e.g. Weiner & Markus, 1991).

Em suma, dentro das correntes emergentes podemos encontrar várias abordagens da psicopatologia e da depressão. Como já referimos

algumas das abordagens salientam aspectos individuais enquanto em outras são as dimensões sociais que são destacadas.

Entre as abordagens de psicopatologia que se centram nos processos individuais integramos a teoria dos construtos pessoais (Kelly, 1955; Neimeyer, 1985) e as teorias fundamentadas numa perspectiva de desenvolvimento.

Entre estas últimas podemos ainda distinguir entre a teoria de Joyce-Moniz (1993), que se baseia no modelo de desenvolvimento socio-cognitivo; o trabalho de Kegan (1982), que procura integrar o modelo de desenvolvimento socio-cognitivo com o desenvolvimento emocional na perspectiva das relações objectais e da psicologia do Ego (retomando assim para a psicopatologia cognitiva a importância de considerar a história de desenvolvimento das relações interpessoais); e, finalmente, o modelo de Guidano (1987, 1991), que apesar de salientar as dimensões individuais, organiza o desenvolvimento, não a partir da diferenciação progressiva de estruturas de pensamento, mas a partir da vivência emocional e das organizações de significados que são construídas para dar sentido a essa vivência.

Se os modelos antes referidos põem o foco primordialmente nas dimensões individuais, a abordagem construcionista social de Weiner e Markus (1991) defende que aquilo que normalmente é designado como perturbação deve ser analisado ao nível dos processos dialógicos e interindividuais. Neste caso a psicopatologia é, tal como em Guidano, reportada ao contexto de desenvolvimento, mas em vez da centração nos processos de organização da experiência a partir das vivências emocionais, ela é definida como desencontro entre os padrões de construção desenvolvidos numa determinada cultura (e.g. família) e outros interlocutores. Note-se, no entanto, que nesta linha a psicopatologia não existe enquanto sistema de classificação de entidades nosológicas inerentes ao indivíduo, mas emerge desta série de desencontros transacionais.

Estes modelos, na sua diversidade, têm em comum o facto de salientarem, como vimos antes, que a psicopatologia é dominada por formas de construção excessivamente repetidas ou rígidas. Os modelos narrativos desenvolvidos por Hermans e Hermans-Jansen (1995) e Gonçalves (Gonçalves, Korman & Angus, no prelo) associam esta inflexibilidade a formas específicas de organização narrativa.

Hermans e Hermans-Jansen (ibid.) defendem que os acontecimentos de vida são organizados em unidades de significado ou *valorações*, adquirindo uma tonalidade positiva, negativa ou neutra conforme contribuem ou não para a satisfação de dois motivos básicos (auto-valorização e desejo de contacto com pessoas ou coisas). Os problemas da organização do self ocorrem quando um só tipo de valoração é utilizado em vários acontecimentos, que adquirem assim o mesmo significado, revelando a inflexibilidade do sistema de valoração para se adaptar às situações de vida continuamente em mudança.

Por seu lado, o trabalho de Gonçalves é particularmente claro em relação às características de construção de significado que podem tornar-se patológicas, relacionando a psicopatologia com as características da construção discursiva sob a forma de narrativas. Considerando que as dimensões centrais da matriz discursiva são a coerência, a diversidade e a complexidade, Gonçalves (Gonçalves, Korman & Angus, no prelo) associa a psicopatologia com a dificuldade de construção de narrativas com estrutura coerente, diversas nos seus processos e complexas no seu conteúdo.

À excepção de Gonçalves, todos estes autores apresentam um modelo de depressão. É a estes trabalhos que dedicaremos as próximas páginas.